

**UNIODONTO/RN
COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE
DO NORTE**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Fimdo em 31 de dezembro de 2018



**UNIODONTO/RN
COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE
DO NORTE**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Findo em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo:

- ✓ Apresentação..... pág. 04
- ✓ Metodologia de Trabalho..... pág. 06
- ✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2018..... pág. 08
- ✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas..... pág. 12

**UNIODONTO/RN
COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE
DO NORTE**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Findo em 31 de dezembro de 2018

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(a) Com vistas à execução dos trabalhos de auditoria independente voltada ao exame das demonstrações financeiras da **UNIODONTO/RN - COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE**, levantadas em **31 de dezembro de 2018**, realizamos nossos trabalhos durante o período de **8 de fevereiro a 8 de março de 2019**.

(b) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

✓ **Apresentação**


Página 4

APRESENTAÇÃO

Firma de Auditoria

Nome empresarial: CONVICTA Auditores Independentes S/S

Endereço: Rua José Monteiro Sobrinho, 19 – Serraria – Cep: 57046 780 – Maceió – AL | Tel.: +55 82 3035 4642
Fones: +55 82 3221-3799 | 3336-5479

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706
CVM / BACEN / SUSEP / OCB / IBRACON / IIA Brasil / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Entidade Auditada

Razão Social: Uniodonto/RN – Cooperativa Odontológica do Rio Grande do Norte

Endereço: Rua Açú, 665, Tirol, Natal - Rio Grande do Norte, Cep 59.020-110

Inscrição: CNPJ nº 08.237.810/0001-78

Diretoria: Eugênio Carlos Araújo
Diretor Presidente

Responsável Técnico: Edson Oliveira da Silva
Contador - CRC/RN nº 4.519

✓ **Metodologia de Trabalho**


Página 6

METODOLOGIA DE TRABALHO

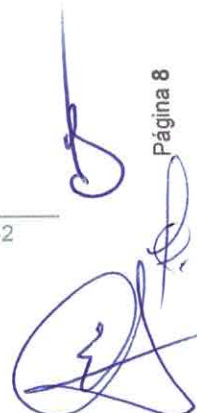
Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria, instituídas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos básicos existentes na Entidade, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos operacionais e contábeis;
- d) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos contratos, normas e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas;
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.

✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2018**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e Diretores da
UNIODONTO/RN - COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE
Natal – Rio Grande do Norte

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **UNIODONTO/RN - COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE**, que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2018**, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIODONTO/RN**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **UNIODONTO/RN**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **UNIODONTO/RN** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **UNIODONTO/RN** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **UNIODONTO/RN** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **UNIODONTO/RN** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

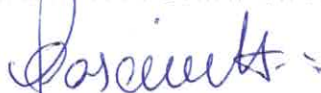
- (a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- (b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **UNIODONTO/RN**.
- (c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- (d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **UNIODONTO/RN** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 8 de março de 2019.

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706



Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594



✓ **Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**



Página 12

UNIODONTO-RN-COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ nº 08.237.810/0001-78

Balancos Patrimoniais

Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		6.793	5.686	Passivo Circulante		3.951	3.433
Caixa e Equivalente de Caixa	4	3.082	1.231	Provisões Técnicas de Oper. de Ass. à Saúde	13	3.111	2.830
Caixa e Bancos		95	13	Provisão de Contraprestações Não Ganhadas		768	699
Aplicações Financeiras - Livres	5	2.987	1.218	Provisão de Eventos a Liquidar		761	661
Aplicações Financeiras - Vinculadas	5	2.441	3.170	Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		1.582	1.470
Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	6	999	1.037	Débitos de Oper. de Assistência à Saúde	14	71	37
Contraprestações Pecuniárias a Receber		999	1.037	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	15	417	353
Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde	7	34	26	Débitos Diversos	16	352	213
Créditos Tributários e Previdenciários	8	135	120				
Bens e Títulos a Receber	9	95	71				
Despesas Antecipadas		5	10				
Conta-corrente com Cooperados		2	21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.696	4.155
				Capital Social Integralizado		1.766	1.532
Ativo Não Circulante		1.854	1.902	Capital Social Subscrito	18.a	1.782	1.532
Realizável a Longo Prazo	10	31	29	(-) Capital a Integralizar		(26)	-
Títulos de Capitalização		31	29	Reservas de Capital		5	5
Investimentos	11	33	33	Reservas de Sobras	18.b	2.538	1.813
Participações Societárias - Quotas de Cooperativas		33	33	Fundo de Reserva		411	364
Imobilizado	12	1.790	1.840	Fundo de Assist. Téc. Educacional e Social - FATES		37	52
Bens Imóveis de Uso		1.547	1.571	Outras Reservas de Sobras		2.090	1.397
Bens Móveis - Não Odontológicos		243	269	Sobras à Disposição da AGO	18.c	397	805
TOTAL DO ATIVO		8.647	7.588	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.647	7.588

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UNIODONTO-RN-COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE
 CNPJ nº 08.237.810/0001-78
Demonstrações das Sobras e Perdas
Findas em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		17.899	16.675
Contraprestações Líquidas		18.613	17.296
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assist à Saúde da OPS		(714)	(621)
(-) Eventos Indenizáveis Líquidos		(12.849)	(11.624)
(-) Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		(12.737)	(11.914)
(+) Recuperação de Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		-	428
(-) Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não avisados		(112)	(138)
Resultado das Oper. com Planos de Assist.à Saúde		5.050	5.051
(+) Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		9	9
(+) Outras Receitas Oper. de Ass. à Saúde Não Rel. c/ Planos de Saúde da OPS	19	553	478
Resultado Bruto		5.612	5.538
(-) Despesas de Comercialização		(383)	(277)
(-) Despesas Administrativas	21	(4.347)	(4.034)
(+) Outras Receitas Operacionais	20	516	457
(-) Outras Despesas Operacionais		(891)	(724)
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos		(524)	(396)
(-) Outras Despesas		(367)	(328)
(+/-) Resultado Patrimonial Líquido		(10)	(5)
(-) Despesas Patrimoniais		(18)	(13)
(+) Receitas Patrimoniais		8	8
Resultado Antes das Despesas/Receitas Financeiras		497	955
Resultado Financeiro Líquido		43	78
(-) Despesas Financeiras		(356)	(353)
Receitas Financeiras		399	431
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		540	1.033
(-) Imposto de Renda		(47)	(57)
(-) Contribuição Social		(26)	(29)
Resultado Líquido		467	947
Constituição de Reservas:			
Destinação do Resultado:			
(-) Fundo de Reserva (10%)		(47)	(95)
(-) Const. Fundo de Assist. Tec. Educac. e Social - FATES (5%)		(23)	(47)
Sobras à Disposição da AGO		397	805

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UNIODONTO-RN-COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ nº 08.237.810/0001-78

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Findas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital Subscrito	(-) Capital a Integralizar	Capital Integralizado	Reservas de Capital	Reservas de sobras				Sobras (ou Perdas) Acumuladas	Total
					Fundo de Reserva	Fundo de Assistência e Social - FATES	Outras Reservas de Sobras	Sub-total		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.465	(1)	1.464	5	269	30	974	1.273	511	3.253
Aumento (ou Redução) de Capital Social:										
(+) Integralização de Capital	34	49	83							83
(-) Devolução de Capital	(55)		(55)							(55)
(+) Aumento de Capital com Sobras	88	(48)	88						(88)	-
Capital Subscrito a Integralizar			(48)							(48)
Destinação das Sobras de Exercício Anterior:										
Utilização de Fates						(25)		(25)		(25)
Resultado Líquido do Exercício					95	47		95		(95)
Destinações Legais e Estatutárias:										
Fundo de Reserva								47		(47)
Fates										
Outras Reservas							423	423		(423)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.532	-	1.532	5	364	52	1.397	1.813	805	4.155
Aumento (ou Redução) de Capital Social:										
(+) Integralização de Capital	206	194	400							400
(-) Devolução de Capital	(48)		(48)							(48)
(+) Aumento de Capital com Sobras	92	(220)	92							-
Capital Subscrito a Integralizar			(220)							(220)
Destinação das Sobras de Exercício Anterior:										
Fundo de Reserva										
Doações a Entidades Filantrópicas							693	693		(693)
Utilização de Fates										(20)
Resultado Líquido do Exercício										(38)
Destinações Legais e Estatutárias:										
Fundo de Reserva					47	23		47		(47)
Fates										(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.782	(26)	1.756	5	411	37	2.080	2.538	397	4.896

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UNIODONTO-RN-COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE
 CNPJ nº 08.237.810/0001-78
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto
 Findas em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1. Atividades Operacionais			
(+) Recebimento de Planos Saúde		19.205	18.064
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		729	-
(+) Recebimento de Juros/Receitas Financeiras		399	431
(+) Outros Recebimentos Operacionais		520	546
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		(12.534)	(11.856)
(-) Pagamento de Comissões		(383)	(277)
(-) Pagamento de Pessoal		(2.228)	(1.920)
(-) Pagamento de Pró-Labore		(350)	(324)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros		(746)	(699)
(-) Pagamento de Tributos		(835)	(802)
(-) Pagamento de Aluguel/Localização/Funcionamento		(430)	(366)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade/Propaganda		(147)	(280)
(-) Aplicações Financeiras		-	(971)
(-) Pagamento de Juros/Despesas Financeiras		(356)	(353)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(1.016)	(1.006)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	22	<u>1.828</u>	<u>187</u>
2. Atividades de Investimento			
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros		(51)	(48)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento		<u>(51)</u>	<u>(48)</u>
3. Atividades de Financiamento			
(+) Integralização de Capital		180	35
(-) Devolução de Capital		(48)	(55)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento		(58)	(25)
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento		<u>74</u>	<u>(45)</u>
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa no Exercício		<u>1.851</u>	<u>94</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	1.231	1.137
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	<u>3.082</u>	<u>1.231</u>
Varição do Caixa e Equivalente de Caixa no Exercício		<u>1.851</u>	<u>94</u>

*As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UNIODONTO/RN
COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ 08.237.810/0001-78 - NIRE 24400000750
(Localizada na Rua Açú, 665, Tirol, Natal/RN, Cep 59.020-110)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

NOTA 01: CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE - UNIODONTO/RN - é uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada sem fins lucrativos, obedecendo, na distribuição de sobras e no rateio das perdas, a legislação e os princípios doutrinários do cooperativismo, e que tem como finalidade principal a prestação de serviços odontológicos aos seus associados.

Tem como missão promover a assistência odontológica, com qualidade, norteadas pelos princípios cooperativistas, e tem como objetivos:

- (a) a viabilização financeira, implantação de assistência odontológica e treinamento de seus cooperados;
- (b) prestar serviços odontológicos aos usuários, cooperados e seus dependentes, com gestão em comum de recursos, instituição e administração de planos assistenciais, operacionais e de investimentos com a criação e manutenção de setores específicos;
- (c) instituir tabelas de atos odontológicos;
- (d) importar ou exportar tecnologia e aprendizagem;
- (e) promover educação cooperativista dos associados e participar de campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas;
- (f) abrir e manter postos, escritórios, unidades de produção e de serviços, dentro do município ou fora dele;
- (g) efetuar parcerias, desde que não infrinjam os interesses da cooperativa;
- (h) efetuar com instituições financeiras todas as operações de crédito e financiamento permitidas na legislação; e
- (i) estabelecer preços para os serviços prestados e bens fornecidos.

A Cooperativa atua na comercialização de planos odontológicos, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido, a serem atendidos pelos cooperados associados, e possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº 34.531-8.



Página 17

NOTA 02: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

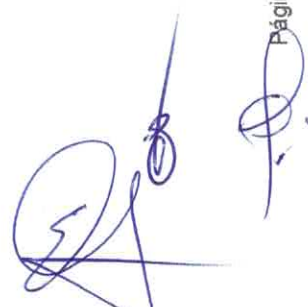
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a legislação cooperativista, em especial a Lei Cooperativista nº 5.764/71 e suas alterações, e demais normas aplicáveis às operadoras de planos de saúde, emanadas da ANS, conforme plano de contas estabelecido pela RN/ANS nº 390/2015, no que for aplicável, como também, de forma parcial, às Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009.

A Cooperativa adotou, no que for aplicável, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela ANS, foram: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras; CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 04 – Ativo Intangível; CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 06 – Operações e Arrendamento Mercantil; CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais; CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado; CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações; CPC 12 – Ajuste a Valor Presente; CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08; CPC 15 – Combinação de Negócios; CPC 16 – Estoques; CPC 17 – Contratos de Construção; CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; CPC 19 – Negócio em Conjunto; CPC 20 – Custo de Empréstimos; CPC 21 – Demonstração Intermediária; CPC 22 – Informações por Segmento; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras; CPC 27 – Imobilizado; CPC 28 – Propriedade para Investimento; CPC 30 – Receitas; CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada; CPC 32 – Tributos sobre o Lucro; CPC 33 – Benefícios a Empregados; CPC 36 – Demonstrações Consolidadas; CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação; CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação; CPC 41 – Resultado por Ação; CPC 43 – Adoção Inicial do Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41; CPC 44 – Demonstrações Combinadas; CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades; e o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Foram atendidas as exigências da demonstração dos fluxos de caixa mediante preparação e apresentação pelo método direto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclusive de forma comparativa.

NOTA 03: PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As operações foram contabilizadas em observância às práticas emanadas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), dentre as quais se destacam:



a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Cooperativa estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional, e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local.

b) Regime de Escrituração e Apuração do Resultado

A Cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações, no qual as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

A partir do exercício de 2010, conforme exigências da ANS, através da RN nº 206/2009 (alterada pelas RN nºs 208/2009 e 290/2012), as Contraprestações Efetivas são apropriadas *pró-rata* dia, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em títulos de renda fixa, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Entidade atendendo ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras – definiu como “caixa e equivalente de caixa” os saldos livres em bancos, caixa e aplicações financeiras. No tocante às aplicações, apenas são consideradas como caixa e equivalentes as aplicações livres, qual seja, as que não possuem vinculação com as provisões técnicas, no tocante à ativos garantidores, conforme especificado no CPC 03, que define que os ativos financeiros apenas podem ser considerados como “caixa e equivalente de caixa” quando não possuírem restrições de uso.

d) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2018, seguindo a apropriação *pró-rata* das taxas contratadas.

e) Instrumentos Financeiros

A Cooperativa não apresenta, em 31 de dezembro de 2018, operações vinculadas a contrato futuro de opções ou equivalente, que sejam consideradas como derivativos. Quando existentes, os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, quando comparados com valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado, com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

f) Ativo e Passivo Circulantes

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, todos representados por direitos e obrigações a curto prazo.

g) Ativo Não Circulante

Estão demonstrados em consonância com o CPC 26.

g.1) Investimentos

Estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescido da correção monetária até 31 de dezembro de 1995.

g.2) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido da correção monetária até 31 de dezembro de 1995, menos a depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais determinadas pela legislação tributária.

g.3) Redução do Valor Recuperável (*Impairment*)

É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

A Administração da Entidade avaliou e concluiu que, não houve necessidade da contabilização de perda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devido não existir redução do valor recuperável dos ativos.

h) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde**h.1) Provisão de Remissão**

Obedecendo a critérios e cálculo definido em nota atuarial, e com base na RN nº 209/2009 (alterada pelas RN nº 243/2010 e 274/2011), foi constituída provisão para garantir cobertura de riscos em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de plano de assistência à saúde.

h.2) Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar

Esta provisão é prevista na RN nº 209/2009 (alterada pelas RN nº 243/2010 e 274/2011), e deve ser constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos/sinistros avisados até a data base do cálculo, esses eventos estão representados pela produção dos cooperados e pelo intercâmbio com operadoras de planos de saúde.

h.3) Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados

Está prevista na RN nº 209/2009 (alterada pelas RN nº 393/2015) e foi constituída com base nos valores mínimos previstos pela ANS, qual sejam: 9,5% do total de contraprestações/prêmios nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido ou 12% do total de sinistros/eventos indenizáveis na modalidade de preço preestabelecido, nos últimos 12 (doze) meses; dos dois o maior (art. 10).

h.4) Provisão de Contraprestações Não Ganhas

Prevista na RN nº 322/2013, a PPCNG deve ser constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, e registra a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o Princípio de Contabilidade da Competência.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Entidade está sujeita ao regime de tributação pelo lucro real, sobre os atos não cooperados, e reconhece a provisão para imposto de renda pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base, quando aplicável.

Foram constituídas obrigações para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A Lei nº 12.873/2013 elevou para 4% a alíquota da COFINS devida pelas operadoras de planos de assistência à saúde, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2014, enquanto a alíquota do PIS é de 0,65%.

j) Aplicabilidade - CPC 12 - Ajuste a Valor Presente

No que tange a aplicabilidade do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a **UNIODONTO/RN** não apresenta contas de longo prazo no ativo e passivo não circulante, que devam ser trazidas a valor presente, por adotar critérios de ajustes com base nas legislações específicas da atividade.

Para as contas do ativo circulante o efeito é irrelevante, devido à maior representatividade se tratar de disponibilidades, aplicações financeiras e contas a receber; representado principalmente pelos créditos operacionais com plano de assistência à saúde, se justificando por não possuir renegociação de débitos antigos, e terem seus saldos corrigidos pela estimativa para perdas sobre créditos, não se configurando a existência de débitos vencidos superiores há 90 dias para planos CE/CA e superiores há 60 dias para planos IF. Para as contas do passivo circulante as principais rubricas são as provisões técnicas, especificamente a provisão de eventos a liquidar, cujo prazo médio de pagamento gira em torno de 30 dias e a provisão de eventos ocorridos e não avisados, ambas calculadas e apropriadas conforme exigências da ANS. Os tributos, recolhimentos e retenções são apropriados em consonância com a legislação vigente.



k) Demais Passivos - Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data das demonstrações financeiras.

l) Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras elaboradas de acordo com Normas Brasileiras de Contabilidade requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, estimativa para riscos com perdas de créditos, provisões técnicas e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas periodicamente.

m) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

A Administração da Entidade entende que não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

n) Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

NOTA 04: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados em 31 de dezembro de 2018:



	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa	6	11
Numerários em Trânsito	39	1
Bancos	50	1
Aplicações Livres	2.987	1.218
Total	<u>3.082</u>	<u>1.231</u>

NOTA 05: APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações de maior representatividade no ativo circulante referem-se aos fundos de investimentos junto ao Banco Bradesco S/A, com rentabilidade mensal resgatável a qualquer prazo, e RDC – Recibo de Depósito Cooperativo junto a Sicredi, na qual a remuneração é feita com base na variação do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários, além da aplicação em fundo de investimento junto a CEF, Banco do Brasil S/A e ao Banco Bradesco S/A (fundo esse especial dedicado ao setor de saúde suplementar).

Com o advento da RN nº 390/2015, a partir de janeiro de 2016, as aplicações financeiras passaram a ser classificadas em “Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas” e “Aplicações Livres”, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações Financeiras		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Depósitos Bancários a Prazo - Unicred RDC1080	-	1.403
Depósitos Bancários a Prazo - Caixa CDB/RDB	-	277
Bradesco FI RF Dedicado ao setor da ANS	1.585	1.490
Caixa Fi Saude Suplementar Ans RF	856	-
Sub-total de Aplicações Garantidoras	<u>2.441</u>	<u>3.170</u>
Aplicações Livres		
Caixa FIC Giro Empresas REF DI L	79	8
BB CP 50 mil	80	77
BB CP Automatico	206	2
Bradesco Fic de FI RF Referenciado	620	1.131
Unicred Rdc1080	2.002	-
Sub-total de Aplicações Livres	<u>2.987</u>	<u>1.218</u>
Total das Aplicações	<u>5.428</u>	<u>4.388</u>

NOTA 06: CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O montante é representado por contratos de planos empresariais (pessoas jurídicas), individuais e familiares, referentes aos planos odontológicos, demonstrados, em 31 de dezembro de 2018, da seguinte forma:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde		
Faturas a Receber - Pessoas Jurídicas	725	704
Mensalidades a Receber - Pessoas Físicas	416	425
(-) Estimativa de Perdas sobre Créditos - Pessoas Jurídicas	(82)	(22)
(-) Estimativa de Perdas sobre Créditos - Pessoas Físicas	(60)	(70)
Total	<u>999</u>	<u>1.037</u>

A Resolução Normativa RN nº 206/2009 da ANS (alterada pelas RN nºs 208/2009 e 290/2012), modificou a contabilização das contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, adotando o critério *pró-rata* dia para a realização da receita, baseado no período de cobertura e de competência.

O reconhecimento de Estimativa de Perda Sobre Créditos é feito considerando como duvidosos os valores vencidos a mais de 60 dias para pessoa física e vencidos a mais de 90 dias para pessoa jurídica.

NOTA 07: CRÉDITOS DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELAC. COM PLANOS

O valor de R\$ 34 mil (R\$ 26 mil, em 2017), descrito nesse subgrupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, refere-se a intercâmbio a receber, decorrente de atendimento eventual, de clientes de outras Uniodontos.

NOTA 08: CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

O montante apresentado nesse subgrupo refere-se a créditos tributários e previdenciários a recuperar (ou compensar), conforme exposto no quadro a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos Tributários e Previdenciários		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22	11
Imposto de Renda a Compensar/Restituir	111	104
Contribuição Social Retida na Fonte	2	2
Créditos de PIS e COFINS	-	3
Total	<u>135</u>	<u>120</u>

NOTA 09: BENS E TÍTULOS A RECEBER

Esse subtítulo é representado por almoxarifado, adiantamentos a funcionários, adiantamentos a fornecedores e outros valores e bens, conforme apresentado no quadro a seguir:



	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Títulos e Créditos a Receber		
Almoxarifado	7	9
Adiantamentos a Funcionários	17	9
Adiantamentos a Fomecedores - Diversos	-	15
Outros Valores e Bens - Cartões a Receber	71	38
Total	<u>95</u>	<u>71</u>

NOTA 10: TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO – NÃO CIRCULANTE

O saldo desse subgrupo é representado por títulos de capitalização “ourocap”, contratados junto ao Banco do Brasil S/A, conforme descrito no quando a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ourocap - Título de Capitalização</u>	<u>31</u>	<u>29</u>

NOTA 11: INVESTIMENTOS - NÃO CIRCULANTE

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos da correção monetária até 31 de dezembro de 1995, conforme demonstrados na tabela a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Participações em Cooperativas		
Quotas Partes Federação Uniodonto	7	7
Uniodonto do Brasil	7	7
Outros Investimentos		
Unicred Natal	2	2
Ações Tele Norte Leste Part. S/A	1	1
Odontotech Tecnologia da Informação Ltda	16	16
Total	<u>33</u>	<u>33</u>

NOTA 12: IMOBILIZADO

Os bens adquiridos a partir de 1º janeiro de 1996 estão demonstrados ao custo histórico, e aqueles adquiridos em data anterior estão corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear e com base em taxas anuais determinadas pela legislação tributária, conforme demonstrado no quadro a seguir:



Imobilizado	Taxas Deprec.	31/12/2018	31/12/2017
Bens Imóveis de Uso Próprio			
Terrenos	-	909	909
Prédio Sede	4% a.a	376	376
Prédio Sede 667	4% a.a	522	522
(-) Depreciação Acumulada de Imóveis de Uso		(260)	(236)
Sub-total de Bens Imóveis		1.547	1.571
Bens Móveis de Uso Próprio - Não Hospit./Não Odontológicos			
Veículos	20% a.a	98	98
(-) Depreciação Acumulada de Veículos		(98)	(98)
Máquinas e Equipamentos	10% a.a	283	280
(-) Depreciação Acumulada de Máq. e Equipamentos		(118)	(95)
Equipamentos de Informática	20% a.a	205	205
(-) Depreciação Acumulada de Equip. de Informática		(154)	(140)
Móveis e Utensílios	10% a.a	59	51
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios		(32)	(32)
Sub-total de Bens Móveis		243	269
Total do Imobilizado		1.790	1.840

Aquisições e Baixas do Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas depreciações:

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2017
Imobilizado				
Terreno	909	-	-	909
Prédio Sede	376	-	-	376
Prédio 667	522	-	-	522
Veículos	98	-	-	98
Máquinas e Equipamentos	284	21	(17)	280
Equipamentos de Informática	205	18	(18)	205
Móveis e Utensílios	59	12	(4)	51
(-) Depreciação Acumulada	(663)	(85)	23	(601)
Total	1.790	(34)	(16)	1.840

NOTA 13: PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se às provisões de prêmio/contraprestação não ganha, para remissão, de eventos a liquidar e de eventos/sinistros ocorridos, constituídas com base nos normativos vigentes da ANS, e que, em 31 de dezembro de 2018, apresentava a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		
Prêmio/Contraprestação Não Ganha		
Individual	377	334
Coletivo	391	365
Sub-total da Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha	<u>768</u>	<u>699</u>
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar		
Rede Contratada/Credenciada	2	1
Cooperados	713	625
Intercâmbio Eventual	46	35
Sub-total da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar	<u>761</u>	<u>661</u>
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos	1.582	1.470
Total	<u>3.111</u>	<u>2.830</u>

NOTA 14: DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O valor de R\$ 71 mil (R\$ 37 mil, em 2017) descrito nesse subgrupo, em 31 de dezembro de 2018, se refere a contraprestações recebidas antecipadamente – individual.

NOTA 15: TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Esse subgrupo é representado pelos tributos e contribuições a recolher da operação normal da Cooperativa, como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		
Tributos e Contribuições		
Contribuição Social - CSLL	2	4
ISS a Recolher	36	27
INSS a Recolher	52	43
INSS a Recolher s/ Serviços Tomados	123	107
FGTS a Recolher	12	7
PIS a Recolher	4	4
COFINS a Recolher	24	23
Sub-total de Tributos e Contribuições	<u>253</u>	<u>215</u>
Retenções de Impostos e Contribuições		
IRRF Funcionários	11	6
IRRF Pessoa Jurídica a Recolher	1	1
IRRF Pessoa Física a Recolher	147	126
ISS Retido	5	5
Sub-total de Retenções de Impostos e Contribuições	<u>164</u>	<u>138</u>
Total dos Tributos e Encargos Sociais a Recolher	<u>417</u>	<u>353</u>

NOTA 16: DÉBITOS DIVERSOS

Refere-se, em 31 de dezembro de 2018, as obrigações com pessoal, constituída pela provisão de férias e respectivos encargos sociais, obrigações com fornecedores e outras obrigações, como apresentado no quadro a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Débitos Diversos		
Salários a Pagar	77	-
Férias a Pagar	141	124
INSS Sobre Provisão Para Férias	41	35
FGTS Sobre Provisão Para Férias	11	10
Fornecedores	79	37
Outros Débitos a Pagar	3	7
Total	<u>352</u>	<u>213</u>

NOTA 17: PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade apresentou ações (processos) cíveis, em que figura como ré, e cujo julgamento da Administração, baseado nas informações de sua assessoria jurídica, se tratam de obrigações possíveis que resultam de eventos passados e cujas existências serão confirmadas apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Cooperativa, e que não é provável que saídas de recursos que incorporam benefícios econômicos sejam exigidas para liquidar tais obrigações. O demonstrativo a seguir demonstra tais processos:



Página 28

Nº do Processo	Data	Ação	31/12/2018		31/12/2017	
			Valor	Prognóstico	Valor	Prognóstico
0808762-40.2014.8.20.0004	23/09/2014	Cível	1	Possível	1	Possível
0800615-60.2014.8.20.5004	18/09/2014	Cível	1	Possível	1	Possível
0803820-97.2014.8.20.5004	24/02/2015	Cível	2	Possível	2	Possível
0000664-87.2015.5.21.0004	18/06/2015	Cível	50	Possível	50	Possível
0802143-07.2015.8.20.5001	28/06/2016	Cível	50	Possível	50	Possível
0815755-75.2016.8.20.5001	11/08/2016	Cível	1	Possível	1	Possível
0807979-43.2016.8.20.5124	05/08/2016	Cível	12	Possível	12	Possível
0807204-63.2017.8.20.5004	21/06/2017	Cível	5	Possível		Possível
0819730-71.2017.8.20.5001	27/07/2017	Cível	5	Possível		Possível
0809855-68.2017.8.20.5004	18/07/2017	Cível	3	Possível		Possível
01345512-02.2011.8.20.0001	14/12/2011	Cível	22	Possível	22	Possível
0804381-82.2018.8.20.5004	23/05/2018	Cível	14	Possível		Possível
0812500-32.2018.8.20.5004	19/07/2018	Cível	5	Possível		Possível
0802836.74.2018.8.20.5004	14/05/2018	Cível	3	Possível		Possível
0821462-44.2018.8.20.5004	16/10/2018	Cível	15	Possível		Possível
0117994-29.2014.8.20.0001	23/06/2014	Cível	101	Possível	101	Possível
8187040-85.2014.8.20.5001	17/08/2015	Cível	30	Possível	30	Possível
0100038-08.2016.8.20.0105	01/02/2016	Cível	10	Possível	10	Possível
0823891-61.2016.8.20.5001	29/11/2016	Cível	100	Possível	100	Possível
0834645-28.2017.8.20.5001	06/11/2017	Cível	11	Possível	11	Possível
0814168-72.2017.8.20.5004	05/09/2017	Cível	17	Possível	17	Possível
0812662-61.2017.8.20.5004	26/10/2017	Cível	15	Possível	15	Possível
Total			473		423	

NOTA 18: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

A fim de melhor definir a participação dos cooperados no patrimônio social da Cooperativa, em 26 de maio de 2009, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, que o valor da quota-parte de cada cooperado passou a ser de R\$ 5 mil (cinco mil reais), sendo considerado o valor de R\$ 1 mil (um mil reais) já integralizado por cada cooperado e R\$ 4 mil (quatro mil reais) a integralizar, em 60 parcelas de R\$ 66,66 (sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos). A partir dessa data passou a ser aprovados novos valores anualmente. No ano de 2018, foi aprovado em AGE que o capital social para os novos cooperados será de R\$ 25 mil (sete mil e quinhentos reais).

No exercício de 2018, foi aprovado em AGO, o aumento do capital social realizado em 6%, com a utilização de sobras.

O quadro descrito a seguir demonstra a composição do capital social dessa Entidade:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Capital Social		
Capital Social Subscrito	1.782	1.532
(-) Capital Social a Integralizar	(26)	-
Total do Capital Social Integralizado	<u>1.756</u>	<u>1.532</u>

b) Reservas e Sobras

Em caso de sobras no exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

Fundo de Reserva

É constituído por: (a) a razão de 10% das sobras apuradas no exercício; (b) créditos não reclamados, decorridos 5 (cinco) anos contados da data de sua exigibilidade; (c) pela taxa cobrada pela transferência de quotas-partes do capital social entre os associados; e (d) auxílio e doações sem destinação especial, não resultantes de operações com associados. É destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer e atender ao desenvolvimento das atividades sociais. No caso de liquidação da Cooperativa, seu saldo não comprometido será destinado a Federação Nordeste ou a Uniodonto Brasil.

Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

Indivisível entre os associados e é constituído a razão de 5% das sobras líquidas apuradas no exercício. O Fundo de Reservas e o FATES – Fundo de Assistência Técnico Educacional Social, é constituído de acordo com o art. 28 da Lei nº 5.764/71. Destina-se a prestar assistência aos associados e funcionários da Cooperativa. No caso de liquidação da Cooperativa, seu saldo não comprometido será destinado a Federação Nordeste ou a Uniodonto Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi utilizado o valor de R\$ 38 mil, com base no art. 28 da Lei nº 5.764/71.

Outras Reservas de Sobras – Retenção de Sobras

O valor apresentado nessa conta se refere a reserva constituída sobre superávit (sobras) gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e em exercícios anteriores, e que se encontra a disposição da Cooperativa, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

c) Sobras

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houveram realizado com a Cooperativa, e as perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas, serão rateadas entre os cooperados, após a aprovação do balanço geral, pela Assembleia Geral, salvo decisão diversa, na proporção das operações que tenham realizado com a Cooperativa. Em 31 de dezembro de 2018 as sobras líquidas do

exercício à disposição da AGO somam R\$ 397 mil (R\$ 805 mil, em 2017), após constituição das reservas legal e a do FATES.

Tal distribuição foi feita, conforme é possível observar na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 19: OUTRAS RECEITAS OPER. DE ASS. À SAÚDE NÃO REL. C/ PLANOS DE SAÚDE DA OPS

Em 31 de dezembro de 2018, esse subgrupo contábil estava assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras Rec. Oper. de Assist. à Saúde Não Rel		
Remuneração Intercâmbio	388	332
Atendimento de Urgência - Plantão 24hs	38	34
Serviços Plan Assiste	39	25
Serviços Petrobrás	-	21
Outros Repasses	9	2
Negociação	71	61
Consultas - SAO	8	3
Total	<u>553</u>	<u>478</u>

NOTA 20: OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Esse subgrupo, em 31 de dezembro de 2018, estava composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras Receitas Operacionais		
Comissão Serit	2	2
Recuperação Lucros e Perdas	166	130
Taxa Administrativa	348	325
Total das Outras Receitas Operacionais	<u>516</u>	<u>457</u>

NOTA 21: DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, se apresentaram conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas Administrativas		
Despesas com Empregados	1.171	1.039
Serviços de Terceiros	746	699
Encargos Sociais	632	537
Localização e Funcionamento	429	366
Honorários da Diretoria	429	372
Diversas	264	267
Publicidade e Propaganda	147	280
Assistência Social	156	114
Alimentação do Trabalhador	141	120
Tributos	97	94
Depreciação e Amortização	85	84
Outras Despesas com Pessoal	5	18
Transportes	25	22
Formação Profissional	20	8
Indenizações	-	14
Total das Despesas Administrativas	<u>4.347</u>	<u>4.034</u>

NOTA 22: CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em consonância com o CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, no quadro a seguir é demonstrada a conciliação do lucro líquido contábil e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:




 Página 32

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Atividades Operacionais		
Resultado Líquido	467	947
(+) Depreciação do Exercício	85	84
(+) Baixa de Imobilizado - Líquida	16	2
Resultado Líquido Ajustado	568	1.033
Variações nas Contas Ativas e Passivas		
Variações Ativas		
Aplicações Financeiras - Vinculadas	729	(971)
Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	38	(146)
Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde	(8)	(1)
Créditos Tributários e Previdenciários	(15)	(21)
Bens e Títulos a Receber	(24)	32
Despesas Antecipadas	5	-
Conta-corrente com Cooperados	19	51
Títulos de Capitalização	(2)	(2)
Variações Passivas		
Provisões Técnicas de Oper. de Ass. à Saúde	281	225
Débitos de Oper. de Assistência à Saúde	34	(29)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	64	19
Débitos Diversos	139	(3)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	1.828	187

NOTA 23: SEGUROS

A Entidade tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.


 Eugênio Carlos Araújo
 Diretor Presidente
 CPF nº 393.307.534-34


 Edson Oliveira da Silva
 Contador
 CRC/RN nº 4.519